

VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações



Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Ministério do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis**
Curt Trennepohl

Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
Edmundo Soares do Nascimento Filho

Centro Nacional de Informação Ambiental
Jorditânea Souto



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro

Brasília, 2012

EDIÇÃO

Universidade de Brasília – UnB
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPAC
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis – Ibama

Produção Editorial

Centro Nacional de Informação Ambiental – Cnia

SCEN - Trecho 2 - Bloco C - Edifício-Sede do Ibama

CEP 70818-900, Brasília, DF - Brasil

Telefones: (61) 3316-1225/3316-1294

Fax: (61) 3307-1987

<http://www.ibama.gov.br>

e-mail: editora@ibama.gov.br

Equipe Técnica

Capa e diagramação

Paulo Luna

Normalização bibliográfica

Helionídia C. Oliveira

Revisão

Maria José Teixeira

Enrique Calaf

Vitória Adail Brito

Catálogo na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

V299 Variações interétnicas: etnicidade, conflitos e transformações – Stephen Grant Baines...[et al.]. Organizadores. – Brasília: Ibama; UnB/Ceppac; IEB, 2012.

560 p. : il, color. ; 21 cm

ISBN 978-85-7300-362-8

1. Etnia. 2. Índio. 3. Recursos naturais. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Baines, Stephen Grant. II. Silva, Cristhian Teófilo da. III. Fleischer, David Ivan. IV. Faleiro, Rodrigo Paranhos. V. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. VII. Cnia. VIII. IEB. IX. UnB. X. Título.

CDU(2.ed.)502.175(047)



Atribuição-Uso não-comercial-Compartilhamento pela mesma licença
CC BY-NC-SA

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Agradecemos

*À Jorditânea Souto,
ao Paulo Luna e à equipe
do setor de editoração do Ibama,
ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Comparados sobre as Américas
do CEPPAC/UnB
e à Maria José Gontijo
do Instituto Internacional de
Educação do Brasil.*

Sumário

Apresentação 11

Introdução 13

Primeira variação: identidade, movimento e territorialização

Capítulo 1 Contatos interétnicos em regiões de fronteiras:
a visão dos Ticuna e dos Galibi do Oiapoque. 19
Claudia López Garcés

Capítulo 2 Memória, identidade e território dos Arara:
uma análise a partir do contexto de identificação da Terra
Indígena Arara do Igarapé Humaitá/AC, Brasil. 43
Cloude de Souza Correia

Capítulo 3 Os Laklãñõ na região do Alto Vale do Itajaí, estado de Santa
Catarina, Brasil. 59
Alexandro Machado Namem

Capítulo 4 Wyty-Catê: cultura e política de um movimento
Pan-Timbira. 97
Jaime Garcia Siqueira

Capítulo 5 Uma aventura entre a cruz e a espada que mudou a história:
20 anos de luta indígena no Rio Negro. 129
Gersem José Santos Luciano

Segunda variação: desenvolvimento e meio ambiente

Capítulo 6 A natureza dos povos indígenas e os povos indígenas e a
natureza: novos paradigmas, desenvolvimento sustentável e a
politização do bom selvagem. 165
Thiago Ávila (in memoriam)

Capítulo 7	Trocando vitalidade: um exemplo de manejo ecológico no noroeste amazônico. 177 <i>Luis Cayón</i>
Capítulo 8	Ecoturismo e conservação no litoral norte da Bahia: um olhar sobre a interação entre cientistas conservacionistas e a comunidade costeira. 205 <i>David Ivan Fleischer</i>
Capítulo 9	Os Tremembé do litoral nordestino e um empreendimento turístico internacional. 229 <i>Isis Maria Cunha Lustosa e Stephen G. Baines</i>
Capítulo 10	São Thomé das Letras e São Jorge: gênese, conflito e identidade na constituição dos atrativos para um mercado turístico. 247 <i>David Ivan Fleischer e Rodrigo Paranhos Faleiro</i>
Capítulo 11	Dois conceitos articuladores no contexto indigenista de Roraima: projeto e desenvolvimento.283 <i>Maxim Repetto</i>
Terceira variação: conflitos, direitos e Estado	
Capítulo 12	Náwa, índios ou ribeirinhos? Quando os órgãos públicos entram em conflito. 321 <i>Rodrigo Paranhos Faleiro</i>
Capítulo 13	Conflito socioambiental sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território do Monte Pascoal e seu entorno. 339 <i>Luis Guilherme Resende de Assis</i>
Capítulo 14	Projeto de mineração do São Francisco e da Terra Indígena Araré/MT: um caso de negação ao exercício da governança local 351 <i>Cláudia Tereza Signori Franco</i>
Capítulo 15	A identificação de terras indígenas como objeto de investigação antropológica. 367 <i>Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves</i>

Quarta variação: etnicidade, midiaticização e outras metamorfoses

- Capítulo 16 Por uma Antropologia visual das relações interétnicas: impressões sobre a exclusão social e a inclusão da arte indígena em Vancouver, Canadá. 399
Cristhian Teófilo da Silva
- Capítulo 17 Além da técnica: o simbólico nas artes indígenas. 419
Katianne de Sousa Almeida
- Capítulo 18 Um estudo das transformações musicais e festivas entre os Kalunga de Teresina de Goiás, Brasil. 447
Thais Teixeira de Siqueira
- Capítulo 19 Los petroglifos de América del Sur. 467
Santiago Plata Rodríguez
- Capítulo 20 Comentários sobre Yanomamo Series. 479
Maria Inês Smiljanic
- Capítulo 21 Metamorfoses Sanumá e a subjetivação dos objetos. 497
Sílvia Guimarães

Quinta variação: perspectivas extracontinentais

- Capítulo 22 Identidades sociais no Líbano: sectarismo, etnicidade e outras variáveis. 511
Leonardo Schiocchet
- Capítulo 23 De anedotas antropológicas a perspectivas do contato em África: reflexões Herero. 539
Josué Tomasini Castro

Apresentação

Está completando 15 anos que o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) surgiu, em 1997, a partir de uma conversa entre Maxim Repetto que, à época, estava cursando o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, e Stephen G. Baines, professor do Departamento de Antropologia, que vem coordenando o Grupo desde o início. Nos anos anteriores, organizamos alguns seminários sobre temas relacionados à etnologia indígena com enfoque em relações interétnicas, e com a criação do Geri, sistematizamos reuniões informais em que alunos da pós-graduação e da graduação em Antropologia, professores, indigenistas e outros podiam apresentar suas pesquisas relacionadas a temas de relações interétnicas, no sentido amplo. As reuniões do Geri, que vêm acontecendo de três em três semanas, nas tardes de sextas-feiras, tornaram-se um espaço para discutir pesquisas em andamento, teses de doutorado e dissertações de mestrado e de graduação em fase de elaboração final ou já defendidas, além de trabalhos de indigenistas interessados em compartilhá-los num ambiente acadêmico com a presença de alguns dos alunos mais dedicados do Departamento de Antropologia. As reuniões do Geri representam um espaço para discussões livres de professores e alunos, muitos dos quais trabalham em etnologia indígena, mas não exclusivamente, abrangendo outras pesquisas que lidam com relações interétnicas.

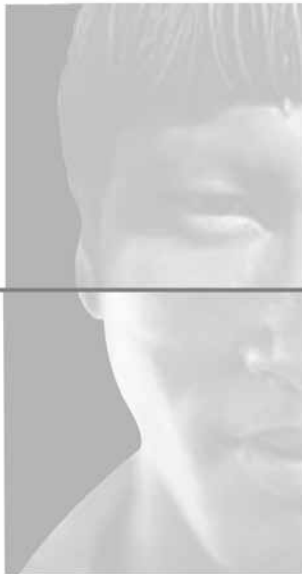
Com a saída de Maxim Repetto para realizar sua pesquisa de campo sobre organizações indígenas e educação superior indígena em Roraima e, posteriormente, para assumir o cargo de professor concursado do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena na Universidade Federal de Roraima, outros alunos e ex-alunos do Departamento de Antropologia da UnB (DAN) assumiram voluntariamente a organização das reuniões do Geri. Foi criada uma home page no site da UnB com a colaboração de Maxim Repetto e, posteriormente, de Cristhian Teófilo da Silva, então aluno de doutorado do Departamento de Antropologia, depois professor concursado do Ceppac/UnB. Em 2006, o Geri passou a constar como evento de extensão da UnB, atraindo mais alunos e pessoas interessadas.

A partir de 2009, o Geri foi ampliado incluindo o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe (Ceppac), da UnB, tendo os professores Stephen G. Baines e Cristhian Teófilo da Silva como coordenadores pelo DAN e pelo Ceppac, respectivamente.

Ao completar 10 anos, o Geri e os seus atuais colaboradores Cristhian Teófilo da Silva e Rodrigo Paranhos sugeriram a publicação de um livro que reunisse alguns dos trabalhos apresentados. A resposta nos surpreendeu e muitas pessoas expressaram seu interesse em publicar artigos baseados nas suas apresentações.

A partir de intenso diálogo com os autores, que perdurou 3 anos, os quatro organizadores deste livro prepararam o material que o compõe. Em seguida, ao iniciarem os contatos com possíveis editoras que pudessem editá-lo, foram surpreendidos com a manifestação de interesse de quatro delas. Após quase um ano de negociação com várias editoras interessadas na publicação, o livro foi encaminhado às Edições Ibama, que realizou os serviços de editoração e disponibilizou o livro gratuitamente em seu catálogo virtual. Já a impressão desse livro foi viabilizada graças ao apoio financeiro de coeditores, Instituto Internacional de Educação do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do CEPPAC da Universidade de Brasília, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas e Departamento de Antropologia.

O conjunto de trabalhos disponibilizados neste livro reforça a seriedade de experiências nascidas na informalidade ou no compromisso com um tema. Dividida em cinco partes, a obra contempla com excelência temas e recortes ainda pouco explorados, abrindo espaço para novas discussões e reflexões no campo das relações interétnicas. Com este livro, convidamos os leitores a navegarem por essas páginas em uma singular experimentação de alteridade por meio das relações interétnicas.



TERCEIRA VARIACÃO

conflitos, direitos
e Estado

Capítulo 13

Conflito socioambiental sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território do Monte Pascoal e seu entorno¹

Luís Guilherme Resende de Assis

Este capítulo é dedicado à memória de Isa Pacheco, indigenista e antropóloga das linhas de frente e defesa dos povos indígenas no Brasil. A pesquisa de campo aqui referida não poderia ter ocorrido sem seu incisivo apoio e orientação.

Introdução

Neste ensaio, gostaria de introduzir o leitor a um conflito socioambiental específico marcado pela disputa por legitimidade sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território Monte Pascoal e seu entorno. Ao longo da história, a área foi pensada e territorializada – com noções de Parque Monumental, Parque Nacional, Aldeamento, Reserva Indígena, Área Indígena e, finalmente, Terra Indígena – como parte de um complexo de relações sociais e econômicas das quais o povo Pataxó, tradicionais habitantes, ficou alheio como protagonista, pelo menos até os anos de 1990. Tento resumir a dinâmica de ressignificações do espaço no tempo, a partir dessas relações entre agentes do Estado e da comunidade local, atentando para os reflexos objetivos na organização política dos pataxós. Para tanto, apoio-me em certas diretrizes teóricas que contribuem para a elucidação e a complexificação do conflito que dura aproximadamente 60 anos.

Arranjo conceitual

Conforme Groenewold (apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 23), as ações humanas ocorrem em três dimensões políticas possíveis,

¹ Este texto foi escrito em 2004 para a seleção de mestrado em Antropologia Social da Universidade de Brasília e posterior apresentação em reuniões do Geri. É o resultado e resumo da monografia de graduação intitulada *A produção de instrumentos de mediação de conflitos socioambientais: o caso da sobreposição entre o território tradicionalmente ocupado pelos pataxós do Monte Pascoal e do Parque Nacional do Monte Pascoal* (RESENDE DE ASSIS, 2004). O texto foi sutilmente modificado para esta obra. Foram mantidas as estruturas textual, argumentativa e bibliográfica originais, para que se resguardasse a perspectiva teórica e etnográfica experimentadas na época.



quais sejam: a microesfera, que comporta as relações cotidianas, familiares etc.; a mesoesfera, da política nacional; e a macroesfera relativa aos valores universalistas que incidem sobre todos os povos². O conflito do Monte Pascoal é caracterizado por mediações de agentes da mesoesfera que descem ao nível local visando compatibilizar os valores locais com os interesses nacionais de destinação da área, tecendo a malha imaginária da unidade nacional³.

O processo de acomodação da micro na mesoesfera resulta em estruturas de relações particulares à arena de ação política e comunicativa das partes, não contemplando a totalidade dos valores do Estado ou da comunidade, mas tangenciando-os em determinados aspectos. Tais estruturas podem ser pensadas em termos da defasagem entre normas e práticas expressas num *conjunto de ideias sobre a distribuição do poder entre pessoas e grupos de pessoas* (LEACH, 1995, p. 68). Embora o caso birmanês não remeta necessariamente a agentes estatais, a apropriação é válida na medida que nos permite encarar as estruturas da prática e da defasagem como objeto privilegiado para compreender a construção do Estado. Para tanto, tomarei como foco central deste trabalho a produção de consensos – quiçá virtuais – em comunidades de argumentação *dentro da estrutura suplementar ou paralela subjacente à estrutura institucional formal* (WOLF, 2003, p. 111, grifo meu). São subjacentes porque produzidas em níveis intermediários entre o local e o nacional – micro e meso.

No processo de negociação de significados no interior de uma Comunidade de Argumentação com pretensão democrática, como proposto por Cardoso de Oliveira (1996), são estabelecidos consensos mínimos, a partir da livre argumentação das partes, capazes de assegurar uma conduta comum considerada por todos como adequada. Esse conjunto de expectativas mútuas atende a demandas argumentativas postas no embate de ideias e questões e, por isso, escapam às expectativas anteriores das partes quando novas são negociadas na argumentação. Assim como para Wolf (2003), no caso mexicano, o que nos interessa aqui é uma rede de relações que conecte localidades e instituições

² Obviamente, os valores universalistas são formulados em lugares específicos, o que implica, em consequência, geopolíticas do conhecimento (MIGNOLO, 2001) entremeadas com valores, práticas e discursos cosmopolitas. Estes estão imersos em relações de poder de toda a ordem, inclusive cosmológica e epistemológica, em que o humano, o político e o social estão em franca competição (muitas vezes, desiguais). Este trabalho não aprofunda tais questões. Cabe aqui apenas situar que a macroesfera refere-se ao espaço de operação de valores cosmopolitas, isto é, aqueles que incidem sobre uma humanidade pensada como unidade, bem como aos princípios morais tomados como universais. Sobre cosmopolitismo e cosmopolíticas, ver Robbins (1998) e Ribeiro (2005 e 2001).

³ Sobre a ideia do Estado como malha imaginária, ver Souza e Lima (1995).



nacionais, interessando-nos, sobremaneira, não as comunidades em si ou instituições, mas arranjos de pessoas. É a partir daí que me aproprio da ideia de Comunidade de Argumentação. Se focarmos no limite de um perigoso limiar entre o que é natural e humano é possível verificar a significação do que seja natureza ou humanidade e, com isso, o que seja parque ou terra indígena, ou o que seja minha competência ou sua competência, pois resulta de consensos mínimos estabelecidos – mesmo em conflito –, ou seja, depende da atribuição de significados em relações coletivas. Esses acordos mediam a conduta, programando-a no tempo e no espaço como *softwares* de realidades sociais particulares e de artefatos culturais (BARRETO FILHO, 2001, p. 32).

Esses conceitos são mecanismos teórico-explicativos que amparam a análise de um processo nada linear e muito complexo que tentamos organizar “hipoteticamente” para compreender antropológicamente. Como disse Leach, “muito mais difícil é relacionar tal abstração com os dados do trabalho empírico de campo” (LEACH, 1995, p. 68).

Dinâmica do conflito por recursos e território: o caso Pataxó de Monte Pascoal

Territorialização implica reorganização social. Segundo Oliveira, *A atribuição a uma sociedade de base territorial fixa constitui-se em ponto-chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais* (OLIVEIRA, 1999, p. 20). A criação de Barra Velha, em 1861, região onde até hoje habitam, fixa hordas de bandos de diversas etnias, sendo os pataxós os mais numerosos (PARAÍSO, 1992). Até então, os contatos entre povos indígenas e colonizadores foram perenes, mas significativos, já que antes haviam sido aldeados em Prado⁴ em função da necessidade de aproveitamento de canaviais nativos (remanescentes da exploração canieira na região), coincidentemente estabelecidos nos arredores da região de Barra Velha. Dada a sedentarização do grupo Pataxó, anteriormente organizado em bandos não muito mais numerosos do que uma centena de indivíduos (SAMPAIO, 2000, p. 2), o palco das transformações sociais previstas acima por Oliveira estaria armado. As decorrências da criação da aldeia, que geram conflitos

⁴ Paraíso informa que com o deslocamento da guarda da Bahia para Prado os bandos pataxós dividiram-se etnicamente no que hoje conhecemos como Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe (PARAÍSO, 1971).



por recursos naturais, começariam na primeira metade dos anos de 1940 quando chega à Barra Velha um ilustre desconhecido: o dr. Barros⁵ (CARVALHO, 1977).

Do Grupo do dr. Barros ao Grupo das Indenizações

Desde os anos de 1930, a orientação política na mesoesfera era tornar a natureza e a ciência patrimônios do Estado, protegendo-as do mercado e da propriedade privada, ao revés de qualquer contestação. Foi um período de vasta produção legislativa para ordenar mosaicos de diferentes categorias de áreas protegidas, criadas anteriormente, marcado pela *transição do liberalismo para a ampliação do papel do Estado na condução da modernização capitalista do País e na articulação, centralizada e autoritária, de sua unidade nacional* (BARRETO FILHO, 2001, p. 127-128). Os povos indígenas eram vistos como mão de obra em potencial e, ao mesmo tempo, guardavam o estado humano original, anterior ao homem civilizado, aproximando-se mais do direito das coisas do que das gentes. Essa ambiguidade indica a instauração da tutela ou, conforme Sousa Lima (1995), o grande cerco de paz em toda sua complexidade.

A chegada do dr. Barros em Barra Velha com uma equipe de pessoas de longe está inserida no ambiente político nacional apresentado acima. Conforme Castro (1940 apud CARVALHO, 1977), tratava-se de um grupo instituído pelo presidente da República para *determinar o ponto exato do descobrimento do Brasil*, relacionado ao Decreto-Lei nº 12.729, de 19 de abril de 1943, promulgado pelo então interventor federal no estado da Bahia, em que *cria o Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, com prerrogativas de monumento nacional, e dá outras providências*. Nota-se no decreto-lei que a criação do parque objetivava menos a preservação, nos moldes que conhecemos hoje⁶, do que as expectativas de conquista e ocupação territorial, nacionalismo e modernização. No decreto-lei não há qualquer menção a populações indígenas na área.

A expectativa levantada pelos pataxós quanto ao grupo da “medição” atendia a demandas relativamente alheias a esse panorama da mesoesfera. No nível micro, a exploração de madeira e a especulação imobiliária promovidas pela sociedade “branca” envolvente da região do Monte Pascoal affligiam o grupo Pataxó. Por isso, viam em dr. Barros um socorro dos “brancos de longe”

⁵ Não foi possível identificar quem exatamente era o dr. Barros. Suspeita-se que possa ser um dos primeiros demarcadores de áreas para a preservação no Brasil, como o Parque da Tijuca, por exemplo. Manoel Santana, liderança Pataxó, refere-se a ele como Aurelino Costa Barros ou Barreiro ou somente Aurelino Barreiro. O filho da Sra. Josefa, outra figura importante na história Pataxó, afirma que ele era estrangeiro assim como toda a comitiva, o que é improvável, segundo Carvalho e outros velhos da aldeia.



quanto à ameaça imputada pelos “brancos de perto”⁷, que tentavam lotear a região, demarcando frações de acordo com a densidade madeireira por hectare. Em uma reformulação do passado, sr. Manoel Santana, pajé da aldeia Boca da Mata⁸, afirma que dr. Barros seria um “poderoso” do Estado mandado por Getúlio Vargas e Rondon para proteger os índios dos maus-tratos dos serralleiros e das ameaças dos grileiros.

Os primeiros intermediários pataxós na história do conflito foram o contratados por dr. Barros para realizar a demarcação de uma área que, segundo ele, seria destinada aos índios. Ao chegar a Caraíva, o grupo percebeu a dificuldade de acesso e teve que criar alianças de outra ordem com os pataxós, muito além das relações puramente profissionais. Segundo Carvalho, em entrevista concedida em 2004, dr. Barros só conseguiu contratar pataxós para o trabalho porque alegou que estava ali para demarcar a área deles. De outra forma, eles não concordariam. Ao concluir o serviço, o dr. Barros informou que os índios teriam de evitar o uso de certos lugares, pois seria instituído um parque, e que eles poderiam ser solicitados a sair da área (VIEIRA DE OLIVEIRA, 1985).

A nova informação, que desmontava a compreensão dos pataxós sobre consensos criados nessa germinal e corrompida Comunidade de Argumentação⁹, estabeleceu formas de ação política inteiramente novas e baseadas em seu sedentarismo geográfico e significação do espaço. Os intermediários da comunidade – contratados por Barros – passam a ser vistos negativamente pelo grupo.

Capitão Honório, liderança Pataxó da época, estimulado por seus liderados, empreendeu uma viagem ao Rio de Janeiro para buscar soluções. Voltou sem resultados objetivos, apenas com a promessa de que enviariam intermediários do Estado para averiguar a situação. Nesse interstício, chegaram dois cidadãos estimulando – fingindo ser intermediários do Estado – um saque na Vila de Corumbau. O ato é realizado por eles e termina com a trágica Guerra de 51 (ocorrida no ano de 1951) quando os pataxós foram atacados pelas polícias de Prado e de Porto Seguro, e sofreram a mais significativa ameaça quanto a sua identidade coletiva. Como resultado, quase uma década

⁷ Muito similar à análise e ao gráfico de L. Cardoso de Oliveira sobre as relações interétnicas contidas no caso do Velho Cego Krahô, uma adaptação da estória de João e Maria dos irmãos Grimm. (L. CARDOSO DE OLIVEIRA, 1999, p. 84).

⁸ Boca da Mata foi criada em 1981, após um acordo entre a Funai e o IBDF, que destinou aos pataxós uma faixa exclusiva no Parque de Monte Pascoal. Situa-se na margem direita do Córrego Cemitério, pouco acima de sua confluência com o Caraíva (SAMPAIO, 2000).

⁹ Sim, pois tratavam-se de consensos sobre a resignificação do espaço para os pataxós, já que teriam a garantia da terra que estava sendo invadida por grileiros inescrupulosos que avançavam sobre a Mata Atlântica e sobre seu território.



de relativa diáspora do grupo. Nesse período, atentam-se para a situação étnica diferenciada e desvantajosa nas relações que passam a estabelecer nas fazendas aos arredores de Barra Velha. Na diáspora, os pataxós incrementaram seus conhecimentos sobre agricultura, uma vez que se submetiam a trabalhar em fazendas vizinhas por muito menos que um trabalhador rural comum. Depois da diáspora, emerge um novo intermediário disposto a atuar em benefício de sua comunidade junto ao Estado.

Epifânio, pai do atual cacique da Aldeia Barra Velha¹⁰, empreende uma busca de parentes nas fazendas do sul do estado e vagarosamente alcança sucesso. Ao retornarem, a área estava ocupada por capixabas e mineiros. O parque, que até então só existia no papel, foi criado em 1961, no curto período parlamentarista. A área original – demarcação de dr. Barros – foi reduzida consideravelmente. Mais uma vez os pataxós foram completamente desconsiderados no texto da legislação¹¹.

Novos intermediários do Estado chegaram à área e propuseram indenizações aos caboclos¹². No início dos anos de 1960, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) instalou infraestrutura na área, que, novamente ressignificou o espaço tanto para os intermediários da nação quanto para os intermediários locais e seus representados. Para o Estado, a área era um parque de uso restrito à pesquisa e à recreação. Para os pataxós, era um diferencial étnico, sinal diacrítico máximo de sua condição, e o lugar onde poderiam reconstruir sua vida coletiva, o último refúgio (VIEIRA DE OLIVEIRA, 1985).

Os posseiros capixabas e os mineiros aceitaram as indenizações, o que até hoje é reconhecido por muitos pataxós como a garantia do que ainda existe de mata e de sua existência coletiva como grupo etnicamente diferenciado (AGOSTINHO, 1980, p. 2). Muitos índios também aceitaram, outros fugiram temendo uma nova Guerra de 51. Os que ficaram e resistiram foram representados pelo discurso de dona Josefa: *Eu não vou lá receber [a indenização], eu não, porque isso aqui é meu, nasci e me criei aqui, meu pai e os avós, todos nascidos e criados aqui dentro da área e essa área é nossa* (filho de dona Josefa reproduzindo a fala de sua falecida mãe em entrevista ao autor).

¹⁰ Realização da pesquisa etnográfica em 2003-2004.

¹¹ Ver Decreto nº 242, de 29 de novembro de 1961.

¹² Não havia ainda a consciência do grupo para a denominação oficial, como afirma Sampaio, de índios, pois apenas sabiam que eram discriminados em função da Guerra de 51 e dos períodos posteriores.



Aos resistentes das indenizações, desconsiderados como portadores de direitos indígenas, “sobrou” o momento mais vívido de conflito com os guardas do parque, em função das roças abertas, o que ia de encontro com as expectativas da categoria em relação ao terreno que ganhariam do Estado.

Brasília era vista como uma possibilidade de resolução do impasse pelos pataxós e, mais uma vez, uma afinidade com os “brancos de longe” pôde ser identificada. Epifânio então foi solicitado para empreender uma viagem até a capital. Esta, entretanto, dispensou novos arranjos produtivos na aldeia, que estava praticamente vazia. O itinerário era mais difícil e boa parte dos poucos excedentes foi doado a Epifânio para que pudesse obter êxito na missão. Seguiu rumo à Brasília e, diferente de Honório, seu antecessor, voltou com boas novas. Em 15 dias chegaria alguém para tomar as providências¹³. Solicitaram que se reunissem o máximo de pessoas para recepcionar os agentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e/ou autoridades que viriam de longe, pois haveria de mostrar a eles que ali tinha mesmo índio e que eles mereciam a terra. O processo de aglomeração de parentes espalhados resultou em grupos divergentes na aldeia, que, posteriormente, tomaram posições opostas quanto à presença do Ibama na área.

A Funai instalou o posto em 1968 e reabriu as roças em 1971, período considerado como “os anos dourados” pelos velhos entrevistados em campo, pois além das evidentes vantagens adquiridas foi o momento em que vislumbraram a possibilidade de serem reconhecidos etnicamente. Mas os conflitos com os guardas só cessaria posteriormente.

Do primeiro laudo antropológico à retomada do parque

Sabendo das notícias dos conflitos em Barra Velha e do fluxo migratório de caboclos rumo à aldeia, e tendo a Funai interesse em negociar a transferência da população para outra área, em favor do parque, Agostinho resolveu empreender uma viagem de reconhecimento com um grupo de pesquisadores em 8 de dezembro de 1971, data considerada como o início do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (Pineb)¹⁴. Foi então

¹³ Segundo Carvalho, o SPI até tentou enviar um agente entre a guerra e a criação do parque, mas ele não conseguiu chegar à aldeia Bom Jardim – como era conhecida Barra Velha – em função da chuva.

¹⁴ Conforme Oliveira: *É a partir de fatos de natureza política que os atuais povos indígenas do Nordeste são colocados como objeto de atenção para os antropólogos sediados nas universidades da região. (...) Organizados e mobilizados mais tarde pela criação da Anai e Pineb, os antropólogos produzem uma quantidade expressiva de artigos, relatórios e laudos que ampliam o conhecimento empírico sobre as condições de existência da população indígena do estado, gerando dados e argumentos que fortalecem suas demandas* (OLIVEIRA, 1999, p. 16).



que novos atores, agora em defesa dos pataxós, entraram na arena. Há uma mudança estrutural no conflito, pois o relatório apresentado à Funai caracteriza-os como população indígena (AGOSTINHO, 1971).

Em meio às lutas políticas dos indigenistas contra o projeto de emancipação, a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai) emergiu como um braço político do Pineb, formando novos intermediários em favor do direito dos povos indígenas. Pouco antes, Agostinho e Carvalho foram solicitados a escrever um plano para a demarcação da área, rapidamente negado pelos intermediários pataxós, pois deixava de fora da demarcação o Monte Pascoal. O resultado foi o refluxo do conflito com os guardas do parque e uma retomada em 1980 da área onde atualmente estão as aldeias Boca da Mata e Meio da Mata. Soma-se a essa questão a criação da BR-101 e o crescimento da atividade madeireira na área, com o incentivo da produção de gamelas de madeira para comercialização, o que acirra as acusações dos ambientalistas de que os pataxós seriam destruidores da Mata Atlântica.

Com a Constituição de 1988, a principal bandeira dos intermediários indigenistas da sociedade civil passou a ser a demarcação da terra indígena. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) chegou à região no início dos anos de 1990, quando a atual área da Terra Indígena Barra Velha foi homologada sem o consentimento de um laudo antropológico como determina a legislação. Anai, Pineb e Cimi configuram atualmente o bloco de intermediários contrários à permanência da categoria parque nacional na região, tradicionalmente ocupada pelos pataxós, e com ela toda a máquina administrativa do Ibama.

Nesse ínterim, os ambientalistas conquistaram algumas vitórias, como a proibição de corte de madeira na Mata Atlântica em 1990¹⁵. Há, também, no início dos anos de 1990, a consolidação da Rede ONG da Mata Atlântica, que possibilitou diversos *lobbies* ambientalistas quanto à produção de leis de proteção à Mata Atlântica. É importante salientar que ambientalistas e indigenistas constituíam intermediários que procuravam dialogar diretamente com os pataxós e essas mediações refletiam diretamente nos rumos políticos e no aumento de intermediários na comunidade.

O Cimi organizou com algumas lideranças um histórico de perdas do território ao longo dos anos. Esse instrumento, consolidado consensualmente, foi fundamental para o fortalecimento da consciência e da vontade dos pataxós em retomar seu território.

¹⁵ Decreto Federal nº 99.547/90; ver também Projeto de Lei nº 3.285/92 e Decreto nº 750/93.



Em 1994, o Grupo Ambientalista da Bahia (Gamba), junto com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Cepeds), ambos representantes da sociedade civil do movimento ambientalista, discutiram a questão do Parque Nacional do Monte Pascoal que passava por sérios problemas na administração. (...) *a pressão sobre a área do parque seja por motivos econômicos ou simbólicos, seja pelos pataxós ou por outras populações locais, acirrou cada vez mais o conflito entre os índios e a administração da unidade* (FALEIRO, 2001).

Em 1996, todos os intermediários da comunidade, sociedade civil e Estado, com seus diferentes interesses em jogo reuniram-se para discutir a questão e criaram, com isso, bases consideradas legítimas para a resolução do conflito. Os ambientalistas realizaram um projeto para a valorização do artesanato e a recuperação da mata. Os indigenistas e lideranças da comunidade reafirmaram a necessidade de criação de um grupo de trabalho (GT) para a identificação do território. Mais uma vez, os consensos criados foram violados pela morosidade dos recursos “prometidos” pelos ambientalistas.

Em 1997, os pataxós tentaram retomar o parque, mas foram impedidos por força policial. Em 18 de agosto de 1999, um dia depois da publicação da portaria que autoriza a criação do GT de identificação, finalmente o fazem, depois de 3 dias reunidos em assembleia em Boca da Mata, o centro das decisões políticas dos pataxós.

A retomada provocou um “racha” nas relações antes estabelecidas não só entre os intermediários não indígenas, mas, fundamentalmente, entre os próprios pataxós. Isso foi assegurado em carta ao povo e às autoridades brasileiras que pretendiam cuidar do parque e zelar pela sua integridade. A assunção de tal dívida foi o motivo da atual configuração política do conflito e impôs alguns dilemas para todos os envolvidos.

Dilemas da mediação do conflito e sua configuração atual

Com a retomada de 1999, o grupo de intermediários ambientalistas da sociedade civil utilizou a dívida assumida pelos pataxós para negociar um plano de gestão compartilhada do parque, alegando que havia recursos disponíveis. O dilema fundamental desses intermediários era a ambiguidade que assumia a categoria de parque em relação a sua concepção original. Sua intermediação foi voltada para o Estado e, por um lado, foram responsabilizados pelos indigenistas por contribuir com a não demarcação da área como terra indígena e, por outro, foram acusados pelos ambientalistas da mesoesfera por violarem uma categoria de unidade de conservação arduamente conquistada na história



das lutas ambientalistas por políticas públicas. A condição de intermediários, no caso dos ambientalistas que pregavam a gestão compartilhada do parque, foi mantida porque a retirada da população indígena não foi compreendida como uma solução adequada politicamente.

Por parte dos indigenistas o dilema era outro: os pataxós assumiram a dívida com o Estado para manter a integridade do parque. Como poderia o GT de identificação e revisão de limites sustentar a tese de que os índios não eram os degradadores do meio ambiente se houvesse uma perda de biodiversidade entre o início dos trabalhos e o seu final? O projeto de cooperação técnica, principal “inimigo”, estaria funcionando ambigualmente nesse sentido¹⁶.

Os pataxós dividiram-se incisivamente entre os que apoiavam o projeto – brigadistas indígenas contratados pelo Ibama, agentes ambientais indígenas e algumas aldeias – e os que não apoiavam – Frente de Resistência e Luta Pataxó –, bem como as aldeias fora da área demarcada. Para os primeiros, o dilema era que, apoiando o projeto de gestão compartilhada, provocariam relações de alianças ambíguas, já que os ambientalistas jamais reconheceriam a descaracterização do parque como unidade de conservação (UC) de uso indireto, até que se estabelecesse legislação adequada. As lealdades firmadas pareciam contradizer a luta histórica pelo território.

Como são contra a presença do Ibama na área, por meio de um projeto de cooperação técnica, os pataxós se depararam com outro dilema: como cumprir com o compromisso assumido perante a Nação – mesoesfera – sem um suporte técnico que adequasse a atividade produtiva dos pataxós com os parâmetros não índios sobre preservação de uma UC de uso indireto?

A situação da mediação do conflito pela apropriação de recursos naturais e simbólicos no Monte Pascoal era bastante complexa e colocou as partes em relação de dependência quanto as suas demandas. Essas relações foram consideradas como particulares ao conflito, no sentido que Simmel (1983) deu a ele, como forma social positiva. Ao longo da história Pataxó, a significação do espaço foi modificada em grupos ou Comunidades de Argumentação – enquanto categorias explicativas – particulares a um contexto sincrônico. Nesse sentido, a perspectiva parte fatural da significação do meio ambiente e das relações sociais pode ser evidenciada. Qualquer solução considerada democrática deve levar em consideração todas as vozes interessadas e libertá-las para a discursividade de suas demandas.

¹⁶ A demarcação foi concluída.

Referências

AGOSTINHO, P. Bases para o estabelecimento da Reserva Pataxó. São Paulo, **Revista de Antropologia**, Separata do volume 23, 1980.

AGOSTINHO, P. **Relatório sobre trabalho de campo efetuado entre os Pataxó de Barra Velha**. Município de Porto Seguro, Bahia, 1971.

BARRETO FILHO, H. T. **Da Nação ao planeta através da Natureza**: uma abordagem antropológica das Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia Brasileira. 2001. Tese (Doutorado) - PPGAS/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **O velho cego**: uma reflexão krahó sobre o contato interétnico. Anuário Antropológico/99. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **A pesquisa científica como instrumento de conhecimento e de transformação social**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. (Ensaaios Antropológicos sobre Moral e Ética).

CARVALHO, M. R. **Os pataxó de Barra Velha**: seu subsistema econômico. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

FALEIRO, R. P. **Retomada ou invasão**: percepção das instituições governamentais sobre a ocupação do Monte Pascoal pelos índios. Brasília: Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri), 2001.

LEACH, E. R. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Edusp, 1995.

MIGNOLO, W. D. Introducción. In: MIGNOLO, W. (Org.). **Capitalismo y geopolítica del conocimiento**. El eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2001. p. 9-53.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos Índios Misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **A VIAGEM da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

PARAÍSO, M. H. B. **Amixocori, pataxó, monoxó, kumanaxó, kutaxó, kutatok, maxacali, malali e makoni**. Povos indígenas diferenciados ou sub-grupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão. Caxambu, MG: Anpocs, 1992.

PARAÍSO, M. H. B. **Qual o futuro dos pataxó**: projeto global levanta história da ocupação das terras dos índios da Bahia em busca de uma solução. Brasília: Informativo Funai, 1976.



RIBEIRO, G. L. **Antropologias mundiais: cosmopolíticas, poder e teoria em antropologia.** Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2005. (Série Antropologia, 379).

RIBEIRO, G. L. Post-imperialismo. Para una discusión después del multiculturalismo y Del post-colonialismo. In: MATO, D. (Org.). **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización.** Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 161-183.

ROBBINS, B. Actually Existing Cosmopolitanism. In: CHEAH, P.; ROBBINS, B. **Cosmopolitics: thinking and feeling beyond the nation.** Minneapolis and London: University of Minnesota, 1998. p. 1-19.

SAMPAIO, J. A. **Breve história da presença indígena no extremo sul bahiano e a questão do território pataxó do Monte Pascoal.** In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 22., 2000. Fórum de Pesquisa 3 - Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação. Brasília.

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito.** In: MORAES FILHO, G. S. (Org.). **Georg Simmel: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA LIMA, A. C. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VIEIRA DE OLIVEIRA, C. **Barra Velha: o último refúgio.** Londrina, 1985.

WOLF, E. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder - contribuições de Eric Wolf.** Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Unicamp, 2003.

Sobre os autores

Alexandro Machado Namem

Antropólogo e Professor Adjunto de Antropologia na Universidade Federal de Roraima (UFRR) (e-mail: alexandronamem@hotmail.com). Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas bolsas de estudo concedidas de 1998 a 2001, durante curso de doutorado não concluído na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFRR, pelas sucessivas liberações de 2002 a 2007, para a realização de trabalhos de campo entre os Laklânô; aos colegas Gustavo Lins Ribeiro (Universidade de Brasília-UnB), Marco Antonio Lazarin (Universidade Federal de Goiás-UFG) e Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro-MN/UFRJ), pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; aos colegas do doutorado Sidnei Peres (Universidade Federal Fluminense-UFF), da Unicamp, e Marcela S. Coelho de Souza (UnB), em disciplinas no Museu Nacional; aos amigos e/ou colegas que leram versões anteriores deste texto, inclusive pelas sugestões nem sempre incorporadas; ao amigo Sávio L. Sens (Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC/PR), pela convivência nesses 10 anos em que nos conhecemos e pelos apoios nas horas em que mais precisei; à Onadir e ao Gerson Dietrich, bem como à família Davi Vinci, em Ibirama (SC), pela amizade e por tudo que fizeram por mim; e ao Rodrigo Paranhos Faleiro (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama), Cristhian Teófilo da Silva (UnB) e Stephen G. Baines (UnB), por publicarem este texto. Ao último, também, pela amizade e pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; dedico este texto à Vanessa Lea (Unicamp), à Lana Araújo, ao Rafael José de Menezes Bastos (Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC), à minha avó materna Maria Lúcia da Silva Machado (in memoriam), às minhas mães Laklânô Iocô Uvânhecû e Aneglon Ndili, e aos meus netos Lucca Giacomazzi Picon e Sara Feijó.

Claudia López Garcés

Antropóloga, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPA). clapez@museu-goeldi.br

O artigo está baseado na pesquisa entre os Ticuna da trifronteira Brasil/Colômbia/Peru para o Doutorado em Antropologia pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e o Caribe (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB) (2000),

e numa pesquisa entre os Galibi do Oiapoque, na fronteira Brasil/Guiana Francesa, efetuada entre os anos 2001-2002. Agradeço à Capes pela bolsa de doutorado e ao CNPq pela bolsa para efetuar a pesquisa na fronteira Brasil/Guiana.

Cláudia Tereza Signori Franco

Possui Graduação e Pós-Graduação em Antropologia Social pelas Universidades de Brasília (UnB) e Católica de Brasília (UCB); Especialização em Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial pela UnB e Mestrado (bolsista Capes) em Planejamento e Gestão Ambiental pela UCB. Atua como coordenadora de projetos do Instituto Etno Ambiental e Multicultural Aldeia Verde - IEMAV, onde realiza a implementação e o monitoramento de projetos de desenvolvimento junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Tem experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em política indigenista, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento e gestão ambiental em terras indígenas (TIs), Levantamento de Impactos Socioambientais em TIs, Levantamento Demográfico e Fundiário em TIs, Antropologia & Meio Ambiente, Organização Social Indígena e Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos de Etnodesenvolvimento.

Cloude de Souza Correia

Possui doutorado em Antropologia pelo PPGAS/UnB, concentrando-se nas áreas de Antropologia Ecológica, Sociedades Complexas, Relações Interétnicas e Cartografia Social. Atua principalmente com os seguintes temas: povos indígenas, mapeamentos participativos, unidades de conservação, conflitos socioambientais, gestão territorial e processos fundiários. Nos últimos anos, prestou diversas consultorias para organizações não governamentais e órgãos dos governos Federal e Estadual com o propósito de contribuir com a consolidação de processos de regularização fundiária de terras indígenas e de ações de gestão territorial junto a povos indígenas da Amazônia. Em atividades de docência esteve vinculado ao curso de Comunicação das Faculdades Integradas ICESP por quatro anos. Atualmente, é coordenador de projetos do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), atuando junto a povos indígenas situados em estados da Amazônia brasileira: Rondônia, Amazonas, Acre e Pará. Como coordenador organiza cursos e seminários relacionados com a temática da gestão territorial indígena e do fortalecimento institucional de associações indígenas. Relações Interétnicas; Antropologia Ecológica; Sociedade e Meio Ambiente e Antropologia Política.

Cristhian Teófilo da Silva

Graduado, Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), onde é Professor no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC). Atualmente, realiza pesquisas comparadas sobre movimentos indígenas,

políticas indigenistas e indigenismo no Brasil e no Canadá, com ênfase nas relações entre maiorias nacionais e minorias étnicas. silvact@unb.br

David Ivan Rezende Fleischer

Trabalha para a Fundação Interamericana (IAF) como representante para o Brasil e o Uruguai. Foi Diretor Executivo da Associação de Estudos Brasileiros (Brasa) e Coordenador do Instituto Lemann de Estudos Brasileiros na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Trabalhou no Programa- Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no Programa de Pequenos Projetos (PPP) e outros projetos do Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É doutor em Antropologia pela University at Albany (SUNY-Albany) e mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). David lecionou Antropologia em universidades americanas e desenvolveu pesquisas sobre a relação de projetos de conservação ambiental com projetos de desenvolvimento comunitário de ecoturismo. Atualmente, na IAF, coordena projetos de desenvolvimento de base no Brasil e no Uruguai.

Gersem José Santos Luciano dados

É índio Baniwa, graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1995) e mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2006). Foi membro do Conselho Nacional de Educação no período de 2006 a 2008. Atualmente é doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, Coordenador-Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação e Diretor Presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep). Tem experiência na área de Educação, Gestão de Projetos e Desenvolvimento Institucional com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, política indigenista, movimento indígena, desenvolvimento sustentável e povos indígenas.

Isis Maria Cunha Lustosa

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/IESA/UFG. Mestre em Geografia/IESA/UFG. Especialista em Turismo e Meio Ambiente/UECE. Membro do Grupo de Pesquisa Geografia Cultural: Território e Identidade/IESA/UFG. Colaboradora no projeto As Identidades Sociais e suas Formas de Representações Subjacentes nas Práticas Culturais/IESA/UFG, e no projeto A Dimensão Territorial das Festas Populares e do Turismo: Estudo Comparativo do Patrimônio Imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe, pela UFG/UFS/UFC. Técnica Especializada em Programa de Cooperação Internacional/MMA/PDA.

Jaime Garcia Siqueira

Doutor em Antropologia Social pela UnB com mestrado também em Antropologia Social pela USP. É professor adjunto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA),

coordenador de projetos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e atualmente trabalha como coordenador-geral substituto da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental da Funai (CGGAM). Este artigo é baseado em sua tese de doutorado (2007) e seus principais temas de interesse são as configurações contemporâneas dos movimentos indígenas no Brasil, como eles têm lidado com a questão ambiental e o papel do antropólogo diante desses movimentos e das políticas de Estado.

Josué Tomasini Castro

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde 2005 trabalha junto às comunidades Herero na Namíbia. Principais publicações: *Vá e conte ao seu povo: interpretações e mediações no trabalho antropológico*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, v. 3: p. 79-91, 2008; *Sincretismo e Resistência: o caso africano da igreja Oruuano*. Campos (UFPR), v. 9, p. 131-157, 2008; *What's your Nation? Nationalist Itineraries in Namibian History*. Vibrant (Online), v. 5, p. 128-146, 2008.

Katianne de Sousa Almeida

(e-mail:ksantropologia@gmail.com) Mestranda em Antropologia Social da Universidade Federal em Goiás. Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás em 2009. Possui graduação em Antropologia (bacharelado), 2006, e Ciências Sociais (licenciatura), 2005, pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Arte Indígena, Patrimônio e Museologia, Revitalização Urbana, Urbanismo, Gênero, Sexualidade e Mídia. Atualmente trabalha como Analista Legislativa na Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Atua principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Políticas de Saúde para Mulheres, Assessoramento Temático às demandas do Legislativo Goiano.

Leonardo Schiocchet

Ph.D. em Antropologia Social, Boston University (depois de 1º de maio de 2010). Junior Visiting Fellow do Institut für die Wissenschaften vom Menschen, Viena (IWM) (até 30 de junho de 2010).

Luis Cayón

Antropólogo pela Universidad de Los Andes, Bogotá, Colômbia, (1998), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2005) e Doutorando em Antropologia Social pela mesma instituição. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É autor do livro *En las aguas de yuruparí. Cosmología y chamanismo Makuna* (2002) e coautor do livro *Etnografía Makuna. Tradiciones, relatos y saberes de la Gente de Agua* (2004). É autor de vários

artigos em capítulos de livros e periódicos nacionais e internacionais, principalmente na área de Etnologia Indígena.

Luís Guilherme Resende de Assis

Doutorando em Antropologia Social; bolsista CNPq. Artigo baseado na monografia de graduação (Resende de Assis, 2004) e no artigo de seleção de mestrado da UnB escrito em 2004. Atualmente, desenvolve pesquisa na Antártida junto a cientistas, militares e alpinistas.

Maria Inês Smiljanic

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Desenvolve pesquisa entre os yanomães do Alto Toototobi e entre os Yanomami de Maturacá. Coordena a equipe associada do PPGAS-UFPR no Projeto de Cooperação Acadêmica: Etnologia Indígena e Indigenismo – novos desafios teóricos e empíricos, financiado pela Capes.

Maxim Repetto

Bacharel em Humanidades com menção em História - Universidade do Chile (1994), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1997) e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2002). Atualmente é professor Adjunto III na Universidade Federal de Roraima/UFRR, atuando como professor no Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. Realiza Pós-Doutorado no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS, DF- México), com Bolsa Capes/MEC/Brasil (2009-2010). Tem experiência na área de Antropologia Política, Antropologia da Educação, Políticas Indigenistas e Indígenas, Movimentos e Organizações Indígenas, Etnologia Indígena e Povos Indígenas em Roraima, educação escolar indígena, com ênfase na Formação de Professores Indígenas, plano de manejo ambiental e etnomapeamento de terra indígena e assessoria em projetos sociais a organizações indígenas.

Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves

Possui graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Possui 14 anos de experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: identificação de terras indígenas, prática antropológica, política indigenista, estudos etnoecológicos de terras indígenas e turismo étnico.

e-mail: rodrigo.chaves73@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2730318839586069>

Rodrigo Paranhos Faleiro

Cursa Doutorado no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da UnB, onde pesquisa grupos indígenas que vivem em áreas protegidas nas fronteiras da Amazônia. Recebeu o título de Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (2005), com a dissertação *Unidade de Conservação versus Terra Indígena, um Estado em conflito: estudo da influência da pessoa na gestão pública*. Cursou especialização e aperfeiçoamento na Unicamp/Nepam, monografia *Viabilidade do Ecoturismo no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros* (1999); Unicamp/Nepo, *Vetores de Desenvolvimento da Região Norte* (1998); Cesape, *Jalapão: a última fronteira* (1990); Usaid/IIEB, *Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação*, entre outros cursos. Possui seis capítulos publicados em livros (dois outros em fase de publicação no México e nos Estados Unidos), duas dezenas de trabalhos acadêmicos apresentados e publicados em Anais de eventos nacionais e internacionais, e vários outros trabalhos técnicos na área de meio ambiente, populações tradicionais e povos indígenas. Atualmente, está organizando um livro sobre Ecoturismo em Áreas Protegidas com o professor Paul E. Little (UnB) e David Ivan R. Fleischer (Suny), com o qual coordenou três discussões sobre o tema na Reunião de Antropologia Equatorial em Sergipe (2007), Encontro da Associação Americana de Antropologia em San Francisco (2008) e, em junho, no Congresso Internacional de Americanistas no México (2009). Além dessas atividades, trabalhou no Projeto Catalisando as contribuições das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros, na Cooperação Brasil/França em Áreas Protegidas, no Plano de Administração da Área sob Dupla Afetação pelo Parque Nacional Monte Roraima e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, no Projeto de Conservação do Cerrado no Jalapão, entre outros.

Santiago Plata Rodríguez

Profissional independente do setor de Artes Interpretativas.

Sílvia Guimarães

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, professora adjunta do Curso de Saúde Coletiva, Campus Ceilândia/Universidade de Brasília. Atua na área de Etnologia Indígena, especialmente nas discussões sobre corporalidade e xamanismo. Este trabalho está baseado em pesquisa de campo realizada entre os Sanumá-Yanomami.

Stephen Grant Baines

Professor Associado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador 1A do CNPq. Graduado (BA Hons. em Árabe e Sociologia da Religião), University of Leeds, Inglaterra (1971), M.Phil. em Antropologia Social pela University of Cambridge, Inglaterra (1980), e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1988) e Pós-Doutorado (UBC, Canadá; e ANU, Austrália, 2009-2010). É brasileiro naturalizado. Tese de doutorado: *É a Funai que Sabe: A*

Frente de Atração Waimiri Atroari, publicada em forma de livro, em 1991, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq. Possui diversas publicações em periódicos nacionais e internacionais na área de Etnologia Indígena, Identidade e Relações Interétnicas, Antropologia Política, Povos Indígenas e os Impactos de Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional, e Etnicidade e Nacionalidade em Fronteiras. Projeto de Pesquisa atual: Etnologia Indígena Comparada: Brasil – Austrália – Canadá (com pesquisas etnológicas com povos indígenas), pesquisa junto aos povos makuxis e wapichanas sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil/Guiana desde 2000; e acompanhamento da situação dos Tremembé do litoral do Ceará desde 2000. Desde janeiro de 2008 atua sobre a situação de indígenas no sistema penitenciário de Boa Vista/Roraima. Coordenador fundador do Geri em 1997.

Thaís Teixeira de Siqueira

Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006/2010). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2002) e mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Comunidades Quilombolas e Cultura Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio imaterial, INRC (Inventário nacional de referências culturais), turismo cultural, festa, memória, musicalidade, folias, racialidade e pós-colonialidade.

Thiago Ávila (*in memoriam*)

Possuo graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília (2001) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Atualmente sou antropólogo consultor da ACT Brasil (Equipe de Conservação da Amazonia). Minhas experiências profissionais são na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: política interétnica, povos indígenas, biopirataria, conhecimento tradicional associado a recursos genéticos, krahô e indigenismo. Atuei como assessor de organizações indígenas, organizações não-governamentais indigenistas e órgãos governamentais.

Sobre o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas

O Geri é um grupo de estudos dedicado ao estudo amplo das relações interétnicas. Nosso propósito é a produção e divulgação do conhecimento produzido por estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas e campos de atuação.

O Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) foi formado em 1997 por estudantes e pesquisadores de graduação e pós-graduação do Departamento de Antropologia (DAN) e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB), tendo como Coordenador o Prof. Dr.

Stephen Grant Baines e a colaboração de Maxim Repetto, na época, mestrando em Antropologia.

Desde sua criação buscamos abrir um espaço crítico de diálogo acerca de temas referentes às relações interétnicas em termos abrangentes, sendo estimulada a divulgação de trabalhos em nosso Boletim e a participação em nosso programa de seminários.

Vários projetos de pesquisa foram iniciados e realizados a partir das discussões do Geri, o que viabilizou a elaboração de monografias de graduação e pós-graduação, artigos e a organização de grupos de trabalho em congressos científicos. Parte desses resultados podem ser acessados através do Boletim Anual do Geri disponível em nossa página.

Venha conhecer o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri). Apresente seus trabalhos e publique seus textos na Interétnica – Revista de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas.

<http://e-groups.unb.br/ics/dan/geri/index.php?page=0>

O IEB

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma associação civil brasileira sem fins lucrativos, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Promovendo autonomia na gestão dos seus territórios e dos recursos naturais com participação, diálogo permanente, valorização das diferenças e incentivo à atuação das populações locais, o IEB desenvolveu uma reconhecida *expertise* em processos de articulação entre setores que, historicamente, têm tido dificuldade de aproximação e diálogo.

Os programas e projetos da instituição atendem indivíduos que atuam com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, em suas diversas interfaces, com foco no bioma amazônico. Desse público destacam-se: comunidades extrativistas, assentados, populações indígenas, profissionais e estudantes da área ambiental.

Missão

Capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável.

